

Operação Impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato

Impeachment operation: Dilma Rouseff and Lava Jato's Brazil

RAFAEL SOARES SALLES

Na obra em questão o cientista político Fernando Limongi aborda as circunstâncias políticas e jurídicas que concorreram para o impeachment da presidente Dilma Rousseff, retomando fatos ocorridos desde seu primeiro mandato, atravessando o contexto de sua destituição e encerrando com aspectos do governo de Michel Temer. São cinco capítulos, dos quais os quatro primeiros abordam investidas contra o governo Dilma, e o último trata da coalizão formada no governo Temer na tentativa de poupar a classe política dos efeitos da Lava Jato.

Os fatos descritos são lastreados em notas extraídas de diversas fontes de informação: jornais e revistas de grande circulação no país, livros sobre eventos com repercussão política ocorridos no período, a biblioteca da Presidência da República, textos acadêmicos, impressões do próprio autor sobre alguns acontecimentos, entre outros. A riqueza de lastro permite ao leitor rememorar e remontar com detalhes a história política recente do Brasil, que passou a ser influenciada pela Operação Lava Jato a partir de quando começou a revelar esquemas de corrupção.

A quantidade de notas torna a leitura trabalhosa e, por vezes, não tão fluida. Para compensar, o estilo da escrita do autor é de uma objetividade primorosa. Limongi vai invariavelmente direto ao ponto, sem contorno, com um vocabulário preciso e sem preciosismos.

As credenciais do autor, que é cientista político e professor titular do departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH - USP), dão o tom de sua produção: trata-se de um texto de natureza investigativa e descritiva, que não se ocupa, ao menos ostensivamente, de tomar posição em defesa de um ponto de vista. Em suas próprias palavras: "Impeachments não são golpes. Não são, tampouco, processos regulares de substituição de presidentes eleitos. São, e devem ser, processos excepcionais. Suas consequências para o sistema político são incomensuráveis" (LIMONGI, 2023, p. 9, e-book).

A premissa da qual parte Fernando Limongi é que no modelo brasileiro de presidencialismo o chefe do Executivo comanda uma coalizão de governo que, em regra, é capaz de bloquear seu afastamento. A aliança entre os partidos que formavam a base do governo Dilma, constituída entre PT, PMDB, PR, PRB e PSD, era coesa desde a chegada do PT à Presidência, em 2004. A explicação que Limongi persegue ao longo do texto são as razões que levaram à debandada dos partidos da base governista e a sua adesão ao impeachment. Também foi objeto de investigação a opção das legendas de oposição, PSDB e DEM, por prestarem apoio o impedimento da presidente em lugar de concentrar suas energias em uma disputa eleitoral futura, a de 2018.

A razão apresentada pelo autor, em síntese, é que a deposição de Dilma criaria condições para conter os danos desencadeados pela Operação Lava Jato, que com emprego de métodos não ortodoxos e atuando politicamente estava colocando em risco a carreira e, em alguns casos, ameaçando de condenação criminal membros da elite política nacional, sejam pertencentes ao governo ou à oposição.

O juiz Sérgio Moro, responsável pelo julgamento dos processos da Lava Jato na primeira instância, já havia exposto sua posição acerca de uso não convencional de mecanismos jurídicos em artigo que tece comentários sobre a atuação da Justiça italiana na operação Mãos Limpas, empreendida para combater a máfia. Segundo o ex-magistrado, a excessiva "carga de prova exigida" para condenar "agentes públicos corruptos" impunha limitação à persecução penal (MORO, 2004, p. 61). Para contornar o entrave, a prisão preventiva, a publicidade e a delação premiada foram os artifícios empregados pelas Mãos Limpas.

Como se revelou, por aqui o modelo foi replicado pelo juiz. Trecho do despacho em que Moro determina a prisão do pecuarista José Carlos Bumlai ilustra como a medida judicial excepcional da prisão preventiva era aplicada de forma ordinária:

Embora as prisões cautelares decretadas no âmbito da Operação Lava Jato recebam pontualmente críticas, o fato é que, se a corrupção é sistêmica e profunda, impõe-se a prisão preventiva para debelá-la, sob pena de agravamento progressivo do quadro criminoso¹.

A justificativa genérica de risco de “agravamento progressivo do quadro criminoso”, largamente invocada nas decisões exaradas pela primeira instância de Curitiba, pressupunha que o réu estivesse em plena atividade delitiva, ainda que entre o fato investigado e a prisão já se houvessem passado anos.

O procurador Deltan Dallagnol, que atuou como coordenador da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF), em sua dissertação de mestrado, também se filia à ideia do emprego de meios não convencionais para promover a efetividade da lei penal. Argumenta a favor da “valoração da ausência de explicação alternativa pelo réu, em casos que a demandam” (DALLAGNOL, 2015, p. 11). Em outras palavras, a acusação apresenta sua versão dos fatos; se o acusado não comprovar versão diversa, sua responsabilidade penal estaria confirmada. Trata-se de uma inversão do princípio da inocência consolidado no arcabouço jurídico brasileiro: não mais o Estado deve provar a culpa, mas sim o réu sua inocência.

Por um outro prisma de análise, o impeachment seria uma resposta política a manifestações populares externas ao sistema político, e não fruto das aproximações e afastamentos que resultam dos cálculos de seus agentes endógenos. Segundo Limongi, os modelos canônicos atribuem aos movimentos de protesto a deposição de um governo. O autor não desconsidera a influência da pressão popular promovida pelas revelações da Operação Lava Jato sobre o destino político do Brasil, mas assume -- em suas palavras, distanciando da visão clássica -- que “o impeachment não foi uma resposta à pressão popular”. Não obstante, reconhece que as lideranças desses movimentos acreditavam no potencial de conduzir o país a um clima revolucionário.

Com as bênçãos de Lula, que então estava encerrando seu ciclo na Presidência, em 2009, Dilma foi lançada candidata do PT e venceu a disputa eleitoral. Em pouco tempo de governo a presidente proclamou sua independência em relação ao padrinho político, ao seu partido e também às legendas que compunham sua base, nomeando ministros e diretores do alto escalão da Petrobras (incluindo a presidente Graça Foster) que refletiam escolhas pessoais, em lugar de acomodações políticas. A identidade própria dada à administração

¹ Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/11/24/interna_politica,711033/nao-ha-nenhuma-prova-contralula-afirma-sergio-moro.shtml, acesso em 12.06.2023.

pelo afastamento de nomes herdados do governo anterior e o discurso de combate à corrupção lhe renderam alta popularidade durante os dois primeiros anos de seu governo, mas a conta política chegou em forma de um escândalo veio à tona em março de 2014: o prejuízo gerado aos cofres da Petrobras pela compra da refinaria de Pasadena.

Dilma era presidente do conselho de administração da empresa em 2006 e teria autorizado a negociação escusa. Em sua defesa a presidente emitiu nota justificando que sua autorização se deveu a omissão deliberada no relatório preparado para avaliação do negócio. A maquinação da crise tinha como objetivo inviabilizar sua candidatura à reeleição, uma vez que a orientação que vinha dando estava desagradando caciques políticos. Sua candidatura resistiu, mas enfrentou outros obstáculos.

Passado pouco menos de um mês de encerrado o julgamento do mensalão, do qual Lula e PT saíram com a reputação política abaladas, no primeiro semestre de 2014 a Lava Jato dava seus primeiros passos. Era ano eleitoral. A estratégia de Dilma para a reeleição foi manter-se a uma distância de segurança de seu padrinho político. A disputa presidencial foi para o segundo turno, que se daria no dia 26 de outubro, entre a candidata petista e Aécio Neves. A esse momento a Lava Jato já vinha tomando embalo. Nos dias antecedentes à votação do segundo turno, a revista *Veja* publicada em 23 de outubro de 2014 trazia como manchete: “Dilma e Lula sabiam de tudo, diz Alberto Youssef a PF”². Segundo Limongi, esse foi provavelmente o primeiro vazamento seletivo da Operação “visando influir de forma direta nos resultados eleitorais” (LIMONGI, 2023, p. 224/408, e-book). A Lava Jato começava a balançar a batuta que passaria a ditar o ritmo da política no Brasil.

A vitória de Dilma na disputa presidencial contra Aécio Neves foi apertada e não foi capaz de encerrar o clima de campanha. Grupos que se articulavam pela internet e tinham apoiado a candidatura tucana, como o Movimento Brasil Livre e o Vem Pra Rua, continuavam seu engajamento -- alimentados, inicialmente, pelo pedido de recontagem de votos que o PSDB impetrou no Tribunal Superior Eleitoral e, mais adiante, pela publicização de investigações da Operação Lava Jato.

Em novembro de 2014 era inaugurada a fase nomeada Operação Juízo Final, que resultou na prisão de 21 executivos, dentre os quais três presidentes das principais empreiteiras do país e um ex-diretor da Petrobras ligado ao PT. Nas ruas, já depois da decisão eleitoral, os movimentos que reivindicavam por intervenção militar e ostentavam

² Disponível em <<https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf/>>, acesso em 13.06.2023.

oposição ao PT incluíram em suas pautas o apoio à Lava Jato e ao juiz Sérgio Moro. À medida que a Operação ia avançando, a corrupção e o uso de recursos desviados da Petrobras no financiamento da campanha petista, na mesma toada, iam subindo de volume nos discursos dos protestos.

Em Brasília, no mês de março de 2015, outro braço da Lava Jato, o responsável por investigar e processar agentes políticos com foro privilegiado, liderado pelo procurador-geral da República Rodrigo Janot, elaborou pedido para abertura de inquéritos envolvendo 54 pessoas com ou sem mandado parlamentar. A elite política do país estava sob ameaça, incluindo os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, e do Senado, Renan Calheiros, ambos do PMDB.

A oposição soube aproveitar a oportunidade e incentivou os movimentos da internet a se mobilizarem. Os protestos tinham o papel de demonstrar o clima desfavorável ao governo. Paradoxalmente, nos bastidores da política, os cálculos apontavam que um pedido de impeachment não obteria votos suficientes para ter êxito. Percebendo que o flerte não daria resultado, o PSDB recuou. Para se justificar apresentou parecer encomendado aos juristas Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal em que a dupla concluiu não haver base legal para o impedimento.

Importa perceber que a ideia do impeachment se tornou factível a partir do avanço da Lava Jato. A operação atraiu para um ponto comum os interesses de parcela significativa da classe política de Brasília: os que estavam ameaçados pelos seus desdobramentos buscavam um meio de lhe colocar freio. Para aqueles que ela não havia atingido, mas que estavam na oposição, representava uma chance de enfraquecer o governo, aumentando suas chances para uma futura disputa eleitoral. No campo oposto, Dilma enfatizava seu compromisso com o combate à corrupção; e era a adversária a ser derrotada.

O pedido de impeachment de um presidente no Brasil tem seu primeiro movimento ao ser aprovado pelo presidente da Câmara. Eduardo Cunha foi eleito em fevereiro de 2015 para o cargo. Nas palavras de Limongi, sua relação com o governo era de uma “acomodação possível” (2023, p. 100/408, e-book). O deputado não havia conseguido emplacar seu indicado para a cúpula da Caixa Econômica Federal em 2011. Em 2012, nas trocas dos diretores da Petrobras, o PMDB havia perdido a indicação para diretoria internacional da empresa. Sua ruptura com o Planalto se deu após a publicidade do depoimento que o empresário Júlio Camargo prestou à Lava Jato. Para se defender, Cunha atacou. Alegou que estava sendo perseguido, que havia motivação política por trás dos depoimentos e que a PGR estava agindo a mando do governo.

O afastamento total do governo fora calculado pelo presidente da Câmara. Com a prerrogativa de aceitar ou rejeitar um pedido de impeachment, Eduardo Cunha buscava se resguardar sob a proteção da oposição, que certamente passaria a combater a seu lado caso vislumbrasse a possibilidade de que ele iniciasse o processo de deposição da presidente. A situação se agravou para o parlamentar ao ser acusado perante o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados de quebra de decoro por ter mentido na CPI da Petrobras. O risco de perda do mandato era crítico, uma vez que os votos que poderiam o salvar eram do PT. O equilíbrio dos bêbados que se mantinham de pé um escorado no outro, governo e Cunha, foi rompido quando a Lava Jato determinou a prisão em flagrante do senador petista Delcídio do Amaral.

A prisão de um senador do PT revelava que o governo não tinha forças para conter a Lava Jato. Despontava, portanto, o risco de uma debandada da base parlamentar de apoio do governo em busca de salvar a própria pele e sua aglutinação em torno de Cunha. Para conter isso restava ao partido do governo neutralizar o presidente da Câmara. O deputado, por sua vez, projetou que ao dar andamento ao impeachment cairia nas graças da oposição, aumentando suas chances de sobrevivência.

Nesse cenário caótico, o primeiro movimento foi feito pelo Partido dos Trabalhadores, ao anunciar que seus membros no Conselho de Ética votariam pela cassação de Cunha. No dia seguinte, o presidente da Câmara acatou pedido de impeachment que há muito estava engavetado. Poucos dias depois o vice-presidente da República publicou carta rompendo com a presidente. Sem perder tempo, Aécio Neves anunciou que estava do lado de Michel Temer e Eduardo Cunha.

Antevendo a probabilidade do processo de impeachment, o presidente da Câmara havia tratado de baixar as normas para sua tramitação. Sua proposta alterava o rito seguido no impedimento de Fernando Collor, visando aumentar o próprio controle sobre seu desenrolar. Partidos de esquerda recorreram ao STF impugnando as regras estabelecidas por Cunha. O pedido foi acatado pelo ministro Edson Fachin, que suspendeu o andamento processual até decisão do plenário do Tribunal, agendado para 16 de março de 2016.

A pausa no avanço do impeachment provocou a mudança do clima político em Brasília. As acomodações políticas retornaram a ordem do dia. O governo tomou iniciativas para controlar os gastos públicos como forma de dar um jeito na crise econômica. A oposição, olhando para as eleições de 2018, adotou uma agenda mais propositiva e abrandou as críticas ao governo. Porém a esperança de o calendário eleitoral

ser respeitado morreu golpeada pela Operação Acarajé. A Lava Jato, nesta sua nova etapa, pela primeira vez investigava fatos ocorridos durante o governo Dilma -- mais precisamente os recursos destinados pela Odebrecht à campanha petista de 2014. Mônica Moura e João Santana, o casal de marqueteiros da presidente, foram presos.

Para piorar a situação do governo, o ex-presidente Lula passou a ser acusado na Lava Jato de ter recebido ilicitamente da empreiteira OAS, em razão de seu cargo, um apartamento triplex na cidade de Guarujá (SP). Nessa etapa da Operação, Moro autorizou sua condução coercitiva para prestar depoimento a pedido do procurador Dallagnol. A cena foi devidamente televisionada. Ao tomar como alvo o PT e Lula, a Operação atingia também a presidente, que tinha poucas chances de sobreviver no cargo.

Dilma não tinha condição de oferecer proteção à classe política contra a Lava Jato. A publicidade do grampo entre ela e Lula confirmava esse diagnóstico. Os caciques do PMDB, envolvidos que estavam nos casos de corrupção investigados, precisavam defender suas carreiras políticas e evitar uma condenação criminal. A impossibilidade de atender essa demanda fez com que coalizão que dava sustentação ao governo colapsasse. A solução levada a cabo foi reagrupar forças em torno de um novo nome à frente do Executivo, Michel Temer.

Em abril de 2016 o impeachment foi à votação no plenário da Câmara e com 367 votos a favor e 137 contrários foi decidida a abertura do processo de impedimento da presidente. A seguir foi oferecida denúncia por crime de responsabilidade ao Senado, que julgou Dilma Rousseff culpada pela prática de crime de responsabilidade, transformando seu afastamento em perda definitiva do mandato. Para Limongi, a tese de golpe de Estado encampada pelo PT para justificar o impeachment como reação às políticas públicas que o partido vinha adotando não se sustenta. Segundo o autor, as legendas que teriam perpetrado o golpe apoiavam os governos petistas desde 2003 e ao longo dos sucessivos mandatos nunca objetaram as reformas. Mais ainda, sempre aceitaram ocupar pastas ministeriais, inclusive quando Dilma, para se defender das investidas de Cunha, entregou ao PMDB o Ministério da Saúde e o da Ciência e Tecnologia. Conclui o autor que não havia incompatibilidade ideológica entre o projeto do PT e o fisiologismo do PMDB.

Temer conquistou o poder, mas não a paz. Implicado nas investigações da Lava Jato, o empresário Joesley Batista, sócio da empresa JBS, na tentativa de estancar a devassa de que vinham sendo alvos seus negócios, gravou conversa que teve com Temer e entregou o áudio à PGR. A divulgação do diálogo foi uma punhalada no governo Temer. A possibilidade de impeachment chegou a ser aventada, mas não prosperou. Com base nas

gravações, Janot apresentou à Câmara pedido para processar o chefe do Executivo, que foi rejeitado. O presidente se sustentou no cargo, mas não retomou a iniciativa de pautar o debate sobre as políticas públicas. Crises e escândalos foram a atração principal do governo Temer.

O impeachment da presidente Dilma não pôs fim aos objetivos políticos da Lava Jato. Segundo Limongi, “o chefe da organização criminosa, para usar os termos empregados pela própria operação, continuava impune” (2023, p. 180/408, e-book). Referia-se a Lula, que, como indicavam as pesquisas eleitorais, era favorito no pleito presidencial de 2018. Moro cuidou do caso: em julho de 2017 condenou o ex-presidente a nove anos e meio de prisão. Depois de abrir caminho para a eleição de Jair Bolsonaro, o juiz da Lava Jato aceitou o convite para o Ministério da Justiça e atualmente é um parlamentar, tornando-se ele mesmo político ou revelando o que sempre fora.

A obra de Limongi mostra-se profícua para a compreensão da imbricação entre os campos da justiça e da política. E exorta a reflexão sobre os limites dentro dos quais o judiciário deve atuar sem que ocorra o fenômeno que na literatura da ciência política é denominado judicialização da política. Trata-se de leitura útil para quem estuda ciência política, mas não apenas: mostra-se interessante a quem quer que pretenda compreender o cenário político brasileiro.

REFERÊNCIAS

- LIMONGI, Fernando. (2023). Operação impeachment: Dilma Rousseff e o Brasil da Lava Jato. São Paulo: Todavia.
- MORO, Sergio Fernando. (2004). Considerações sobre a Operação Mani Pulite. Revista CEJ. Brasília: CEJ, ano VIII, n. 26, p. 56-62, jul/set.
- DALLAGNOL, Deltan M. (2015). As lógicas das provas no processo: prova direta, indícios e presunções. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Rafael Soares Salles

Mestre em Sociologia Política pela UENF, graduado em Direito pela UFRJ